

FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

SCHOOL EDUCATIONAL PURPOSES IN HISTORY TEACHING IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL

Natália Cosme de Moraes Alves²

Stéffany Alves da Silva³

Daniel Junior de Oliveira⁴

RESUMO

O presente artigo dar-se-á por meio de uma análise crítica acerca do que são as finalidades educativas escolares e como elas poderão e como são compreendidas no ensino de História do ensino fundamental, especificamente no 5º ano, em anos de avaliações externas. Apresenta-se uma discussão acerca das políticas públicas educacionais do ensino fundamental, e como essas políticas são pautadas na quantificação do ensino em vez de buscar a qualidade do ensino em todas as disciplinas, não somente uma disciplina específica. As políticas neoliberais, por meio do Banco Mundial e demais organizações multilaterais, estão cada vez mais focadas em fazer com que as disciplinas que levam à criticidade e autonomia do sujeito sejam cada vez mais desvalorizadas, dando foco somente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, pois são essas disciplinas cobradas nas avaliações externas realizadas em Estados e Municípios, fazendo com que alunos e professores sofram com as tensões dessas avaliações externas. Tem-se por objetivo analisar o que são as finalidades educativas escolares e quais são as finalidades do ensino de História para alunos do 5º ano do ensino fundamental em ano de avaliações externas. A pesquisa é do tipo bibliográfica, amparada nos estudos de Libâneo (2023, 2018); Freitas (2022, 2018); Bittencourt (2018); Oliveira (2022) entre outros. Ao fim, evidencia-se que o ensino de História se faz necessário, pois contribui para a formação de sujeitos críticos que são capazes de compreender diversos temas que permeiam a sociedade brasileira, contribuindo para compreensão social, o que desperta o desejo da transformação social. Por isso advoga-se a favor da disciplina de história, que esta seja trabalhada no 5º ano do ensino fundamental de forma efetiva mesmo nos anos de avaliações externas.

Palavras-chave: Finalidades educativas; História; avaliações externas.

¹ Este artigo é uma versão integral que integra o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Inhumas - FacMais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, no segundo semestre de 2023.

² Pedagoga pela Faculdade de Inhumas. E-mail: nataliaalves@aluno.facmais.edu.br

³ Pedagoga pela Faculdade de Inhumas. E-mail: steffanyasilva@aluno.facmais.edu.br

⁴ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Inhumas - FacMais. danieljunior@facmais.edu.br

ABSTRACT

This article will be carried out through a critical analysis of what school educational purposes are and how they can and are understood in the teaching of History in elementary school, specifically in the 5th year, in years of external assessments. A discussion is presented about public educational policies for elementary education, and how these policies are based on the quantification of teaching instead of seeking the quality of teaching in all subjects, not just a specific subject. Neoliberal policies, through the World Bank and other multilateral organizations, are increasingly focused on making the disciplines that lead to the subject's criticality and autonomy increasingly devalued, focusing only on the subjects of Portuguese Language and Mathematics, as these subjects are covered in external assessments carried out in States and Municipalities, causing students and teachers to suffer from the tensions of these external assessments. The objective is to analyze what the school educational purposes are and what the purposes of History teaching are. for 5th year elementary school students in the year of external assessments. The research is bibliographical, supported by studies by Libâneo (2023, 2018); Freitas (2022, 2018); Bittencourt (2018); Oliveira (2022) among others. In the end, it is evident that the teaching of History is necessary, as it contributes to the formation of critical subjects who are capable of understanding various themes that permeate Brazilian society, contributing to social understanding, which awakens the desire for social transformation. Therefore, it is advocated in favor of the history subject, that it be worked on in the 5th year of elementary school effectively, even in the years of external assessments.

Keywords: Educational purposes; History; external assessments.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se configura em uma análise crítica acerca do que são as finalidades educativas escolares, e como essa concepção de finalidades educativas escolares influencia no ensino da disciplina de História do ensino fundamental, especificamente no 5º ano, em anos de avaliação externa.

As políticas neoliberais, por meio de organismos internacionais como o Banco Mundial, FMI - Fundo Monetário Internacional, ONU - Organização das Nações Unidas e demais organizações multilaterais estão sempre elaborando conferências onde são elaboradas e definidas políticas educacionais para os países em desenvolvimento ou países periféricos. Segundo Libâneo,

[...] documentos gerados em conferências internacionais ou formulados especificamente para a definição de políticas públicas para a educação têm induzido os sistemas de ensino de países emergentes a opções quanto a concepções de escola, currículo e formas de funcionamento, frequentemente

mesclando visões humanistas, economicistas, pragmáticas e tecnicistas [...] (Libâneo, 2014, p. 13-14).

Com isso, as disciplinas que geram a criticidade do sujeito neste contexto passam a ser cada vez mais desvalorizadas. Parte-se do entendimento que a disciplina de História é uma disciplina de cunho crítico, e em específico em anos de avaliação externas sua carga horária acaba não se concretizando em função do treinamento dos alunos para responderem as avaliações externas.

A carga horária se mantém, no entanto, não se concretiza, pois, o foco é o treinamento em Língua Portuguesa e Matemática, pois, são essas as disciplinas cobradas nas avaliações externas que os Estados e Municípios focam sua atenção para que a nota projetada através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB seja alcançada, e assim entendem que números aferidos através de tais avaliações representam qualidade educacional.

O ano de 2023 é alvo destas avaliações padronizadas, e como consequência dessas avaliações, terá um crescente aumento de alunos e professores sofrendo mais ansiedade e sendo mais pressionados a serem os melhores para poder elevar o nível da escola nos ranks estaduais e municipais por meio dos índices.

Este estudo busca responder a seguinte questão problema: Quais as finalidades educativas do ensino de história no 5º ano do ensino fundamental nos anos de avaliação externa? Como objetivo geral busca analisar o que são finalidades educativas escolares e qual a finalidade do ensino de história para alunos do 5º ano do ensino fundamental em anos de avaliação externa. Como objetivos específicos foram eleitos: a) Definir o que são finalidades educativas escolares; b) Compreender a finalidade educativa do ensino de história para os anos iniciais do ensino fundamental, em específico para o 5º ano e Identificar as finalidades educativas propostas para as políticas públicas educacionais para alunos do 5º ano do ensino fundamental a partir das avaliações externas.

A pesquisa será do tipo bibliográfica sendo que, segundo Severino (2013, p.130) “[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados [...]”, tendo como destaque os estudos no âmbito nacional

de Libâneo (2023, 2018); Freitas (2022, 2018); Bittencourt (2018); Oliveira (2022) dentre outros.

O artigo está estruturado em três seções, onde a primeira seção aborda Finalidades educativas escolares: algumas definições, que irá trazer conceitos acerca do que são as finalidades educativas e como elas são abordadas nas escolas em consonância com as políticas públicas educacionais do município, estado ou a União, dando mais ênfase no que a escola está proporcionando com relação aos processos educativos ocorridos no ambiente escolar.

Já a segunda seção aborda o Ensino de História para os anos iniciais do Ensino Fundamental com o intuito de entender a finalidade implícita e explícita para alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I.

A terceira seção, traz as Propostas políticas neoliberais para a educação em anos de avaliações externas: quais finalidades educativas para qual projeto de sociedade, onde será pontuado o que é o neoliberalismo, quais as propostas das políticas neoliberais e como essas políticas se encaixam em anos de avaliação externa.

O ensino de História se faz necessário, pois formam sujeitos críticos que são capazes de debater diversos assuntos e levar o ensino de História ser bem trabalhado no 5º ano, o que não vem ocorrendo em ano de avaliações externas.

2 FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES: ALGUMAS DEFINIÇÕES

As finalidades educativas escolares são tidas como indicadores poderosos para auxiliar na criação de uma política pública adequada a cada realidade escolar a qual a comunidade escolar está inserida. De acordo com Lenoir (2016), ao analisar as finalidades educativas, pode-se ter uma noção acerca do que se passa na realidade social que, visando os sentidos que as mesmas irão atribuir aos processos educativos e as suas dificuldades e desafios existentes. Segundo Lenoir (2016), as finalidades educativas escolares podem ser definidas como.

[...] as finalidades educativas escolares são indicadores poderosos para se apreender as orientações tanto explícitas quanto implícitas dos sistemas escolares, as funções teóricas de sentido e de valor das quais elas são portadoras, bem como as modalidades esperadas nos planos empírico e operatório dentro das práticas de ensino-aprendizagem (Lenoir, 2016, p. 124).

Pode-se observar que as finalidades educativas atuais estão atreladas a um viés de ideais políticos neoliberais e conservadores, pois,

Presentemente, no Brasil, por exemplo, verifica-se uma intensificação do debate sobre temas da educação e da escola no meio político, em movimentos sociais e em organizações religiosas, evidenciando ostensivamente no movimento Escola Sem Partido, cujo pano de fundo são as finalidades educativas escolares. Em anos recentes, vêm ganhando destaque na realidade social, política e educacional do país, o crescimento da atuação de movimentos sociais conservadores ligados a setores da classe média e a grupos religiosos de várias confissões (Libâneo, 2019, p. 36).

Segundo Libâneo (2019) intensifica o debate em torno dos temas relacionados à educação, porque é na educação que os neoliberais estão mais focados, pois eles veem a educação como um meio bem lucrativo, fazendo com que a educação, segundo Miranda, 2016 apud Oliveira, 2019 irá afirmar que “No âmbito da educação, a autora esclarece que as ideias neoliberais são atravessadas por interesses empresariais que pretendem fazer da escola um negócio lucrativo” (p. 18).

São através das finalidades educativas escolares que pode-se criar fundamentos que possam facilitar as organizações dos sistemas de ensino. Elas não são neutras, e isso pode se confirmar, pois, são elas que fazem com que se possa conhecer a realidade da escola e seu processo educativo e sua forma de organização. As finalidades educativas estão em consonância com os governos municipais, estaduais e federais para que possam assim cumprir com o que tem definido como finalidades para a educação escolar.

Pelo fato de as políticas educacionais estarem vinculadas a finalidades educativas, depreende-se que sua formulação se subordina a interesses e decisões conforme as relações de poder vigentes na sociedade, e à dinâmica dessas relações, em determinado momento histórico. [...] Nesse caso, o interesse dos legisladores é assegurar certa homogeneização ideológica, geralmente assegurada pela centralização de decisões. A forma de elaboração das políticas depende, também, de como funcionam em cada país as esferas federal, estadual e municipal e do grau de autonomia entre governo, estados e municípios (Libâneo, 2019, p. 37).

Segundo Oliveira e Freitas (2022) tais finalidades educativas devem estar pautadas sempre em atender as demandas da população, e não de um sistema isolado e por isso, as finalidades educativas escolares estão estabelecidas nas orientações neoliberais ou progressistas, onde que, segundo Oliveira e Freitas (2022a) “[...] é preciso ter conhecimento de que o campo da educação apresenta uma disputa de poder e muitas possibilidades de explicação em função da implementação

das políticas, sejam elas sob a concepção progressista ou neoliberal” [...] (Oliveira; Freitas, 2022a, p. 101).

De acordo com Oliveira e Freitas (2022b), as finalidades educativas escolares podem ter duas orientações: uma orientação neoliberal - pautadas nos empresários e nos organismos multilaterais - e uma orientação progressista - pautadas na aprendizagem crítica, desenvolvimento humano e formação da personalidade integral e social.

[...] as finalidades educativas, na concepção neoliberal, acabam por definir e orientar uma educação que busca atender e funcionar conforme as regras do mercado, reduzindo a formação dos alunos a um tipo de conhecimento prático utilitarista/imediatista, para desenvolver seres humanos individualistas, tecnológicos, mercadológicos, em detrimento do conhecimento praxiológico mediado, com finalidades formativas abrangentes, para a formação do ser humano crítico, com autonomia intelectual para a práxis social transformadora [...] (Oliveira; Freitas, 2022b, p.7).

A orientação com ideais neoliberais tem por objetivo uma educação voltada para o tecnicismo, sendo que segundo Saviani (2021).

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (...) na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão (Saviani, 2021, p. 10-11).

O tecnicismo ou o neotecnicismo irá visar em resultados com cunho quantitativo e meritocrático, um currículo mínimo onde se aprende o básico para poder ir para o mercado de trabalho com uma mão de obra mais barata, a qualidade da aprendizagem é vista somente no plano prático de execução, o objetivo para os estudantes é aprender fazer sem perspectiva crítica ou de transformação.

[...] o tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições) [...]. Este neotecnicismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização. No centro, está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos a priori como “standards”, medidos em testes padronizados (Freitas, 2012, 383).

O currículo instrumental é o currículo padrão dos ideais neoliberais a qual pressupõe uma aprendizagem baseada em um currículo instrumental, que busca um

conhecimento básico de matérias básicas, esvaziando os estudantes de matérias que levem a criticidade e autonomia do sujeito. Seu foco é em uma aprendizagem baseada em competências e habilidades que os estudantes devem alcançar. O pesquisador Libâneo (2018), irá conceituar currículo instrumental como,

O currículo instrumental ou de resultados imediatos tem sua origem nas orientações de organismos internacionais para sistemas educacionais de países emergentes, principalmente o Banco Mundial e Unesco (...). A escola prevista nesse modelo visa a preparação imediata para o trabalho, habilidades para aplicação de conhecimentos, busca de resultados diretamente quantificáveis, métodos de ensino para transmissão e armazenamento de conteúdos, treinamento para responder a testes. O real objetivo dos resultados dos testes é a responsabilização da escola e dos professores pelo êxito ou insucesso dos alunos (Libâneo, 2018, p. 55).

Já a orientação com ideais progressistas tem por objetivo uma educação que facilite os conhecimentos onde que permita ao aluno analisar, compreender o mundo e a natureza das coisas, compreender o mundo humano/social, político, cultural, estético e artístico, tendo como enfoque principal a diversidade cultural, social e regional. Seu ensino-aprendizagem tem como foco principal o desenvolvimento humano. Segundo Libâneo (2006), a vertente com ideais progressistas pode ser vista como,

[...] o termo "progressista", emprestado de Snyders, é usado aqui para designar as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação. Evidentemente a pedagogia progressista, não tem como institucionalizar-se numa sociedade capitalista; daí ser ela um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. A pedagogia progressista tem-se manifestado em três tendências: a libertadora, mais conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica; a crítico-social dos conteúdos que, diferentemente das anteriores, acentua a primazia dos conteúdos no seu confronto com as realidades sociais [...] (Libâneo, 2006, p. 32).

O currículo de formação cultural e científica baseia-se em capacidades humanas e cognitivas. Sua ideia central é um ensino que promova e amplie o desenvolvimento mental e a personalidade dos alunos, por meio dos conteúdos, capacidades intelectuais para a formação de conceitos - formação de competências cognitivas, afetivas e operacionais - que visa pensar e o atuar com autonomia e independência. Não é focada em uma educação baseada no quantitativo, mas visa a qualidade do ensino que está sendo prestado para os alunos.

[...] articulado pedagogicamente com a diversidade sociocultural e diretamente entrelaçado às condições sociais, culturais e materiais da vida

dos alunos. [...] Trata-se, pois, de criar e manter práticas institucionais que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos pela aquisição de conhecimentos, valores e habilidades - tanto do tipo intelectual como sociais, pela socialização e pela convivência humana [...] (Libâneo, 2023, p. 88).

Partindo dos estudos e ideais do teórico Libâneo (2020), irá dizer que o currículo de formação cultural e científica articulado com a diversidade sociocultural, é baseado nas condições físicas e psíquicas dos estudantes; foco no atendimento social à população em situação de vulnerabilidade social.

[...] a educação escolar mais justa é aquela que promove e amplia o desenvolvimento das potencialidades humanas, provendo os meios cognitivos e afetivos para os alunos alcançarem autonomia, liberdade, capacidade de participação e intervenção na realidade social. [...] Considera-se, ademais, que a escola recebe sujeitos em sua diversidade social e cultural e, assim, faz-se necessário ligar os conteúdos escolares às práticas socioculturais e institucionais (e suas múltiplas relações) nas quais os alunos estão inseridos. Decorre desta visão o currículo de formação cultural e científica articulado com a diversidade sociocultural (Libâneo, 2020, p. 821).

As finalidades educativas com viés progressistas em educação irá propor objetivos para que uma escola saiba conduzir as tensões dos dias de trabalho onde que, segundo Libâneo (2020) “[...] por um lado, a exigência social e democrática de escolarização formal a todas as crianças e jovens; por outro, a necessidade de as escolas se organizarem de forma adequada para o acolhimento da diversidade social e cultural expressa pelas diferenças individuais e sociais entre os alunos[.]” (Libâneo, 2020, p. 822).

Partindo do contexto que visa a identificação das finalidades educativas escolares no século XXI, que houve uma retomada histórica desde a década de 1990, onde que implicitamente foram elaboradas estratégias que irão auxiliar os teóricos Oliveira e Freitas (2022) a entender no que se aspira a escola do século XXI, pode-se entender,

Esta é uma questão importante para que possamos pensar e compreender as finalidades educativas e seus conceitos, visto que a escola está inserida dentro de um contexto político educacional. Isso evidencia que o modo como são implementadas as políticas educacionais e como a escola se organiza em decorrência desta política resulta em finalidades educativas. Estas, por sua vez, se manifestam no currículo e no posicionamento intelectual de quem compõe determinado grupo escolar (Oliveira; Freitas, 2022, p. 100-101).

Para se estudar as finalidades educativas escolares, é necessário ter noção da finalidade da escola. As finalidades educativas são objeto de pesquisa de diferentes projetos de estudo no ramo político, social, pedagógico no âmbito nacional

e global. A discussão sobre finalidades educativas é feita através de conceitos, fontes teóricas de estudo como Lenoir (2016); Libâneo (2006; 2018; 2019; 2020 e 2023); Oliveira e Freitas (2022); Freitas (2012), e uma ampla discussão nos impactos da atuação dos organismos multilaterais com um foco central no Banco Mundial, Unesco e OCDE, que irão definir finalidades educativas em escala global.

Partindo do contexto neoliberal, haverá sempre a relação entre a internacionalização das políticas públicas educacionais e as finalidades educativas. Segundo Libâneo (2013a), irá conceituar internacionalização como “[...] compreende-se por internacionalização processos e ações relacionados com influências de organismos internacionais multilaterais sobre sistemas educacionais de países credores desses organismos [...]” (p. 49). A internacionalização de acordo com o autor supracitado também pode ser dividida em dois grandes grupos: organismos internacionais multilaterais - baseados nas instituições e órgãos neoliberais - e organismos regionais - são os acordos firmados entre os países próximos com o intuito de obter vantagens de negociações de comércio como o NAFTA (Tratado Norte Americano de Livre Comércio), MERCOSUL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

A pauta das finalidades educativas na ideologia neoliberal teve seu início na década de 1990 onde que, segundo Rosa e Silva (2021) irá pontuar que,

[...] um marco importante desse processo foi a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990, financiada por organismos internacionais, que serviu para delinear as políticas educacionais em nível mundial, para a década que se iniciava, especialmente “a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” [...] (Rosa; Silva, 2021, p. 4, destaque no original).

As finalidades educativas pautadas na ideologia neoliberal começaram com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990. A principal pauta da conferência foi delinear políticas educacionais em nível mundial, com o intuito de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, instrumentalizar as competências e habilidades propostas pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e a ONU. Oliveira (2019, p. 22) irá salientar que “os organismos internacionais atuam em específico nos países em desenvolvimento, sobretudo nos da América Latina, porém as reformas educativas no Brasil foram inspiradas em modelos de outros países”.

Oliveira e Freitas (2022a) pontuarão como se projetam as finalidades educativas no contexto neoliberal,

As orientações sobre as finalidades educativas se projetam de forma clara, ou não, dentro das políticas educacionais e nos documentos oficiais; o que culmina na organização dos sistemas escolares por meio do currículo que estabelece uma relação pautada nas reformas educacionais de orientação neoliberal (Oliveira; Freitas, 2022a, p. 107).

Com isso, as políticas públicas educacionais têm por objetivo regular e orientar sistemas de ensino, oferecendo subsídios para que ocorra a ampliação e universalização da educação pública num país que esteja em nível nacional, estadual ou municipal. São as políticas educacionais que irão promover a inclusão da Legislação educacional nas escolas, garantindo diretrizes básicas para a definição de um currículo que será abordado na escola.

Após a Conferência de Jomtien, Tailândia, vários projetos educacionais foram criados, dentre eles está o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), onde que, segundo Rosa e Silva (2021) assinalam que, “[...] O Plano Decenal de Educação para Todos, iniciado no Governo de Itamar Franco em 1992, marca a aceitação formal, pelo governo federal brasileiro, das orientações dos organismos internacionais para as políticas educacionais do país [...]” (Rosa; Silva, 2021, p. 4,). Para compreender melhor as finalidades do PDE, Rosa e Silva (2021) irá explicar que,

[...] As finalidades educativas do Plano Decenal expressam a disposição do governo na construção de parcerias com organismos internacionais e com empresas privadas, enunciado a intenção de fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso que seguem a risca a política de restrição do BM e da UNESCO, no sentido de direcionar as reformas educacionais para os países devedores em desenvolvimento, dando prioridade às necessidades básicas de aprendizagem, a educação básica fundamental regular e a erradicação do analfabetismo de adultos” [...] (Rosa; Silva, 2021, p. 4).

Assim, sendo, “As finalidades educativas educacionais devem ser compreendidas como indicadores ou orientações tanto explícitas quanto implícitas dos sistemas escolares” (Libâneo, 2019, p. 35). São as finalidades educativas que explicitam fundamentos que poderão facilitar a organização dos sistemas educativos. As finalidades educativas não são neutras, pois elas permitem que se conheça a realidade escolar e o sentido de seu processo educativo. As finalidades sempre estarão em consonância com os governos: federal, estadual e municipal, e são estes

que passam a definir o que são finalidades educativas escolares a depender de seu posicionamento para uma sociedade (Oliveira; Freitas, 2022a apud Lenoir, 2013).

3 ENSINO DE HISTÓRIA PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: QUAL A FINALIDADE IMPLÍCITA E EXPLÍCITA PARA ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I?

O ensino de História foi objeto de debates, críticas, e lutas políticas e teóricas, principalmente no quesito das políticas públicas implantadas nas décadas de 60 a 80, período esse que culminou na Ditadura Militar Brasileira (1964-1984) e nos próximos anos com a reabertura política com o período de redemocratização no Brasil.

Nesse período os Estudos Sociais são inseridos no currículo escolar como proposta governamental, e correspondiam às áreas das ciências humanas, geografia e história. Houve um grande debate pedagógico, pois ela levava a desvalorização do ensino de História com seus currículos fragmentados e desconexos. Segundo a historiografia educacional, sob influência estadunidense, surgem no Brasil as discussões e as primeiras propostas de inclusão dos Estudos Sociais nos currículos escolares. De acordo com Martins (2000),

Os Estudos Sociais vinham de uma renovação que se processava nos Estados Unidos dos anos de 1930, principalmente tentada por especialistas nas áreas de currículos, que faziam críticas à excessiva “cientificidade” com que eram tratados os conteúdos de ensino. Essa cientificidade, associada ao trabalho acadêmico denotava o conhecimento de “herança cultural”, dotando os alunos de erudição (Martins, 2000, p. 93).

Com o término da Ditadura Militar Brasileira em 1984, os professores e estudantes pensaram que o ensino de História, que antes era Estudos Sociais, poderia haver uma mudança em seu currículo, onde poderia ter um ensino de História visando na formação humana autônoma que possa “[...] contribuir para a promoção de uma sociedade mais crítica, reflexiva, humanizada e igualitária” (Costa, 2021, p. 189), e não uma formação tecnicista, que visa uma aprendizagem básica, “privilegiava excessivamente a tecnologia educacional e transformava professores e alunos em meros executores e receptores de projetos elaborados de forma autoritária e sem qualquer vínculo com o contexto social a que se destinavam” (Menezes e Santos, 2001 apud Camillo e Medeiros, 2018). Mas o que ocorreu foi o contrário, houve as velhas dificuldades que permeiam desde a década de 80, que vão ser enfrentadas no cotidiano do ensino de História.

Segundo Fonseca e Silva (2010), o encerramento daquela experiência ditatorial não significa a inexistência de novas e velhas dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano do ensino de História. Constata-se que hoje o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental, sobretudo no 5º ano é deixada de lado para dar espaço para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática devido às avaliações externas como o Ideb e Saeb que fazem com que os alunos só fiquem focados nessas duas disciplinas que são cobrados nessas avaliações.

De acordo com Fonseca e Silva (2010), o ensino de história:

[...] passou-se a valorizar, cada vez mais, a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidos em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo. Essa foi uma conquista importante que reafirmou, entre nós, a concepção de que ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos noutros espaços: existe também uma produção escolar [...] (Fonseca; Silva, 2010, p. 14).

As políticas públicas atuais focadas em treinamento de alunos para responderem avaliações externas estão fazendo com que a carga horária da disciplina de História possa cada vez ser menor, não no sentido da diminuição da carga horária prevista na legislação, mas, na não realização de tais aulas, na não valorização da referida disciplina, uma vez que, a intencionalidade é o treinamento de alunos para responderem as avaliações que são cobradas; sendo a disciplina de história uma que não entra nos critérios de avaliação promovida com a finalidade de alavancar os índices educacionais. Assim, sem finalidades de aprendizagem que deve ser promovida através da disciplina de história, os alunos não poderão se apropriarem dos conhecimentos históricos, impedindo a reflexão que pode promover estes alunos a serem sujeitos críticos, autônomos frente às decisões que terão que tomar na sociedade, sendo somente manipulados pelo que requer o sistema capitalista neoliberal.

Com as avaliações externas, o predomínio, ou seja, o foco de disciplinas é somente Língua Portuguesa e Matemática, sendo que a disciplina de História está na grade curricular do estudante com a finalidade de complementar a carga horária necessária para ele ser aprovado; durante o ano de avaliação externa o conteúdo de história é deixado de lado para que se possa dar ênfase no que é cobrado nas avaliações.

As finalidades educativas escolares no ensino de História serão norteadas por documentos e currículos oficiais que irão trazer diretrizes como deve ser empregado

o ensino de determinada disciplina no âmbito escolar. O principal documento utilizado para nortear uma disciplina atualmente é a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Nela está disposto que o ensino de História deve:

[...] estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL, 2017).

Por isso a relevância científica do ensino de história para a área da educação consiste em formar cidadãos críticos, que são capazes de debaterem diversos assuntos e conteúdos, e em anos de avaliação externa, a criticidade é esquecida, pois, as avaliações são padronizadas, não dando espaço para que os alunos possam levantar pensamentos críticos. Os conteúdos das provas são sistematizados, baseados em (Língua Portuguesa) e capacidade de fazer cálculos básicos (Matemática), com o intuito de quantificar os alunos para responder às referidas avaliações. Segundo Oliveira e Freitas (2022b),

A lógica neoliberal faz a defesa da educação de qualidade, no entanto, é o que chama de: qualidade total. Esta é a defendida pelos reformadores neoliberais, que se apropriam do discurso da qualidade para elaborar suas reformas educacionais, tendo a qualidade como um critério mercantil. A ideia de qualidade total está relacionada ao mundo dos negócios e não especificamente à formação humana para a autonomia intelectual, como é o caso da educação (Oliveira; Freitas, 2022b, p. 5).

O ensino de História deve ser prazeroso e empolgante para o aluno, pois, é nessa disciplina que ele aprenderá sobre diversas culturas, história do Brasil e do mundo, conhecer sua própria identidade, entender como se deu o processo histórico, político e econômico no país. Com um ensino de qualidade nas escolas terá como contribuição a criticidade e a autonomia dos alunos frente a sociedade em mudança que vive. Segundo Costa (2021) irá dizer que as ações realizadas pelo professor irão contribuir para,

[...] o processo de formação social, psicológica e cultural dos alunos, pois o caráter lúdico associado a situações-problema envolve o aluno no processo de internacionalização de conceitos de forma prazerosa, ampliando a imaginação, estimulando o raciocínio, a concentração e explorando as percepções de confiança e cooperação. Esse processo de aprendizagem significativa permite uma transformação do ser humano (Costa, 2021, p. 193).

A finalidade educativa do ensino de História é o ensinar a criticidade, autonomia aos alunos, e fazer com que as aulas sejam prazerosas, que fazem os alunos a desejarem mais aulas de História, podendo assim despertar a curiosidade de cada um para que eles mesmos possam procurar saber cada vez mais o que aconteceu há muitos anos, o que está acontecendo atualmente e o que virá depois. Isso é o verdadeiro sentido de se estudar uma disciplina tão importante para o desenvolvimento ético, estético, social e integral dos alunos.

[...] A necessidade de situar a história como conhecimento científico e válida, portanto, como explicação do passado humano defendida pelos positivistas ou por historiadores da escola metódica determinou uma tradição no ensino de História que consiste, ainda na atualidade, em apresentar em um capítulo introdutório dos manuais escolares o significado do conhecimento histórico: “A história tem por objeto narrar metodicamente os fatos notáveis sucedidos nas sociedades humanas civilizadas procurando deduzir metodicamente tanto quanto possível as relações que os ligam. (Benevides, 1912, p.4)” (Bittencourt, 2018, p. 135, destaque no original).

O ensino de história contribui com o desenvolvimento da criança, no sentido de situar-se no ambiente a qual ela está inserida, ser autor da sua história desde o seu nascimento, ou seja, compreensão de que o homem constrói o seu tempo.

4 PROPOSTAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA A EDUCAÇÃO EM ANOS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS: QUAIS FINALIDADES EDUCATIVAS PARA QUAL PROJETO DE SOCIEDADE?

Antes de iniciar as reflexões sobre o que é o neoliberalismo, deve-se ter conhecimento do que provocou e quais foram os epicentros para que viesse a surgir o neoliberalismo que se conhece hoje. Para Harvey (2014) um desses epicentros foi a nomeação do Paul Volcker para o comando do Banco Central dos Estados Unidos (FED - *Federal Reserve Bank*) em 1979, onde que, em poucos meses, Volcker mudou drasticamente a política monetária dos Estados Unidos. Segundo Harvey (2014) irá dizer,

Então, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos e, [...], ao apoiar as decisões de Volcker no FED e adicionar sua própria mistura particular de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial [...] (Harvey, 2014, p.11).

Houve alguns outros epicentros que antecederam o neoliberalismo como o surgimento de uma nova configuração econômica chamada de *globalization*

(globalização em português), onde que, segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2017, p.80) “Tem sido usada para designar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente”.

A globalização veio para determinar como os setores econômicos e políticos do mundo iriam reagir frente a um sistema econômico que estava em ascensão: o capitalismo - sistema econômico onde se visa o lucro, acúmulo de capital e a privatização dos meios básicos de produção, e no comércio irá existir pouca ou nenhuma interferência do Estado nas decisões.

Antes de começar a argumentar sobre o que é o capitalismo, deve-se compreender quando e com quem começou o termo neoliberalismo. Segundo Harvey (2014, p. 11-12) irá dizer que “Volcker e Thatcher arrancaram das sombras de uma relativa obscuridade uma doutrina particular que respondia pelo nome de ‘neoliberalismo’ e a transformaram na diretriz central do pensamento e da administração econômicos. E é principalmente dessa doutrina - de sua origem, sua ascensão e implicações”. Com isso, Harvey (2014) conceitua neoliberalismo como,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizado por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2014, p. 12).

Já Oliveira (2010) irá conceituar o neoliberalismo sendo,

[...] é uma expressão derivada de liberalismo, doutrina de política econômica fundada nos séculos XVIII e XIX que teve como orientação básica a não intervenção do Estado nas relações econômicas, garantindo total liberdade para que os grupos econômicos (proprietários dos meios de produção; burguesia, usando uma definição marxista) pudessem investir a seu modo os seus bens. Na perspectiva liberal, o Estado deixa de regular a relação entre empregador e trabalhador, entre patrão e empregado, entre burguesia e proletariado. Isso fatalmente conduz as relações de produção a uma situação de completa exploração da classe proprietária sobre a classe despossuída (Oliveira, 2010, p. 6-7).

Pode-se se perceber que tanto Harvey (2014) quanto Oliveira (2010), pontuaram que o neoliberalismo sempre visará no lucro, na privatização de todos os meios de produção e sem a mínima interferência do Estado nos setores econômicos, políticos e sociais. Seu início começou na década de 1970, onde muitos países o acolheram com o intuito de privatizar os meios de produção e assim deter o lucro nas

mãos dos neoliberais, tirando a responsabilidade do Estado de decidir sobre um determinado setor.

Contudo, o neoliberalismo se concretiza no Brasil na década de 1990 concretizando-se nas reformas empreendidas naquele período. Miranda (2016, p. 573) destaca que “[...] a adoção das políticas neoliberais no Brasil está associada ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso no período de 1995 a 2003, embora já se evidenciasse desde o governo Collor”. A autora também irá pontuar que nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, tentaram fortemente retardar as investidas neoliberais conservadoras sob a educação, à exemplo dos Estados Unidos, mas não conseguiram segurar por muito tempo retardar os efeitos que a ideologia neoliberal fez com vários setores econômicos, políticos e sociais, principalmente quando o governo do ex-presidente Michel Temer iniciou.

Ao contextualizar o que é o neoliberalismo e entender quando ocorreu sua implementação no mundo, datado em aproximadamente na década de 1970 e no Brasil, na década de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, pode-se pontuar agora as características dos ideais neoliberais em um governo. Oliveira (2019, apud Miranda, 2016) irá caracterizar a tendência neoliberal como:

[...] a mínima participação do Estado nos recursos da economia; a política de privatização das empresas estatais; a ênfase na globalização e na livre circulação de capitais internacionais; a abertura da economia para a entrada de multinacionais; a defesa do capitalismo; e o pensamento empresarial na educação [...] (Oliveira, 2019, p. 18, apud Miranda, 2016).

Em entrevista à Folha de São Paulo, Anderson (2002) disse que o governo de FHC foi um governo neoliberal mais “light”, pois no seu governo houve concessões sociais e discursos mais flexíveis do que o discurso neoliberal conservador de Reagan e Thatcher nos anos 80. Ele explicou mais outras características do governo neoliberal em sua entrevista,

A característica que define o governo FHC tem sido o neoliberalismo "light", do tipo que predominou nos anos 1990, quando as doutrinas da Terceira Via distanciaram-se ostensivamente das versões mais rígidas de neoliberalismo introduzidas por Reagan e Thatcher nos anos 80, ao mesmo tempo em que, na prática, levaram adiante -na realidade, muitas vezes acentuaram- o programa original, acompanhado apenas de concessões sociais secundárias e de um discurso mais flexível. A dinâmica fundamental do neoliberalismo se ergue sobre dois princípios: a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços. Convencido de que o Brasil não pode financiar o crescimento a partir da poupança doméstica e de que suas estatais fomentavam a ineficiência e a corrupção, Fernando Henrique Cardoso leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando

na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país (Anderson, 2002, p. 2).

Partindo desta primícia de que a tendência neoliberal veio com o intuito de privatização da educação, permitir o que, segundo Santomé (2003, p. 77) “[...] a possibilidade de as famílias escolherem as escolas é uma das medidas que os governos conservadores e neoliberais vêm promovendo como estratégia para consolidar ainda mais a sua concepção de vida mercantilista, competitiva e baseada nos méritos”. Para se entender como se dará a vida mercantilista baseada na concepção neoliberal Harvey (2014, p. 13) irá explicar que “[...] o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado”.

A partir do pressuposto de que a concepção neoliberal enxerga a educação como uma forma de mercado, por isso visam tanto nas privatizações das escolas e buscam uma reforma empresarial da educação, como uma forma de obter lucros Oliveira e Freitas (2022b) irá argumentar que a reforma empresarial da educação na concepção neoliberal passará a “[...] incorporar princípios originados de interesses dos reformadores empresariais da educação, que vão fundamentando o discurso neoliberal, amadurecendo e ganhando espaço dentro das políticas educacionais [...]” (p. 3). Com o discurso neoliberal ganhando vez e voz dentro das políticas educacionais, Freitas (2018) irá dizer que,

[...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica. A educação, vista como um “serviço” que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização. Do ponto de vista ideológico, a privatização também propicia um maior controle político do aparato escolar, agora visto como “empresa”, aliado à padronização promovida pelas bases nacionais comuns curriculares [...] (Freitas, 2018, p. 29).

Com base no que Freitas (2018) salientou que, as bases nacionais comuns curriculares - atualmente a que vigora no Brasil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que segundo documento oficial conceitua como:

é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018).

Os neoliberais caracterizam a privatização como “[...] o máximo de mercado e o mínimo de estado” (Frigotto, Ciavatta, 2003, p. 106), fazendo com que tudo que era do Estado passe para a responsabilidade de empresas privadas. Essa privatização provoca o que se pode chamar de Estado Mínimo. Oliveira e Freitas irão conceituar estado mínimo como,

O Estado mínimo é compreendido dentro do contexto das reformas neoliberais como um estado que não intervém nas políticas econômicas e sociais do país, que deve funcionar com o mínimo, deixando espaço para a atuação da iniciativa privada através da oferta de serviços antes assegurados de forma estatal por meio de políticas públicas (Oliveira; Freitas, 2022b, p. 3).

Quando uma instituição de ensino passa a ser gerida por uma empresa terceirizada, irá ocorrer muitas consequências que serão prejudiciais ao aprendizado dos estudantes, pois como essas empresas visam o lucro, cada aluno é dinheiro, devido a isso as salas de aula estarão frequentemente mais cheias e como consequência haverá um baixo rendimento na aprendizagem da turma. Assim, Oliveira (2019) irá pontuar que,

Ocorre, no entanto, que os empresários ganham por aluno matriculado e por isso frequentemente as salas estão sempre cheias, e salas lotadas frequentemente são sinônimo de baixa qualidade do ensino. Esse processo acaba sendo excludente, uma vez que devem ser cumpridas metas atestadas em testes padronizados, o que leva os alunos que se adaptarem ao sistema de pressão por resultados nos testes a permanecer nessas escolas, enquanto os que não se adaptarem são remanejados para outras (Oliveira, 2019, p. 20).

Outra consequência da privatização da educação que Oliveira (2019) irá pontuar “[...] é o fim da estabilidade do professor e do técnico administrativo, pois a privatização propõe o fim dos concursos públicos, precarizando as condições de trabalho docente” (Oliveira, 2019, p. 20).

Com o entendimento sobre o que é o neoliberalismo, quais são suas finalidades e consequências, e como a privatização da educação é prejudicial aos professores e estudantes, pode-se destacar a criação de mecanismos de aferição de resultados, como por exemplo os testes ou avaliações padronizadas a cunho meritocrático. Mas antes de falar sobre a meritocracia e a sua influência direta nas avaliações externas, deve-se conceituar no que consiste as avaliações externas ou avaliações em larga escala. Santana (2018) irá conceituar avaliação externa como,

Chamamos de *avaliação externa* toda avaliação que é realizada ou idealizada por órgãos externos à escola. Ela é pensada e montada fora da escola,

mesmo que seja aplicada pelos professores da própria instituição de ensino, podendo ser de larga escala ou não. Ela receberá o nome de avaliação de larga escala se for aplicada num sistema de ensino inteiro, podendo ser da esfera municipal, estadual ou federal. Ela ainda pode ser chamada de amostral – caso avalie somente alguns alunos deste sistema – ou censitária – caso avalie todos os alunos matriculados numa mesma série de determinado sistema de ensino (Santana, 2018, p. 38).

Desse modo, no sistema educacional brasileiro existem diversas avaliações externas ou em larga escala como por exemplo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Prova Brasil. Tais avaliações têm por objetivo quantificar e ranquear as escolas com o maior índice de qualidade e acertos nas instituições. Sendo assim, a Oliveira irá definir quando foi criado o Ideb e quais suas finalidades,

O Ideb foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep e resulta da combinação de dois fatores que interferem na qualidade da educação: a) indicadores de fluxo (taxas de aprovação, reprovação e evasão), medidos pelo Censo Escolar, e b) indicadores de desempenho em exames padronizados, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb e a Prova Brasil, realizados a cada dois anos ao final de determinada etapa da educação básica (Da Paz, 2013, p. 106).

Visando os indicadores do Ideb, pode-se ressaltar o indicador B, onde se fala sobre o desempenho em testes padronizados. Esses testes padronizados visam conteúdos básicos, como Língua Portuguesa e Matemática, onde os alunos ficam o ano inteiro focados nessas disciplinas e acabam não estudando as demais como: Geografia, História, Ciências, dentre outras, porque essas outras disciplinas levam o aluno a ser um ser crítico, pensante e autônomo, com capacidade de argumentar e discutir assuntos previamente determinados.

O ranqueamento das escolas se dá pelo resultado previamente estabelecido através de um sistema de ranqueamento. Segundo Oliveira, Lagares e Pinho (2021, p. 30) irão ressaltar que “[...] O ranqueamento aguça o antagonismo entre as unidades de ensino e os alunos e educadores, promovendo um sistema cultural mercadológico, incompatível com os segmentos democráticos, [...] estabelecendo um discurso de competição, com princípios de contexto de mercadológico”.

Essas avaliações externas acabam deixando com que os alunos em períodos de avaliações deixem de se apropriarem dos conteúdos da história das ciências, e passam a serem treinados para responderem as avaliações; com isso as finalidades educativas escolares em anos de avaliações externas implicitamente começam a surgir no ambiente escolar, pois, a finalidade educativa para as políticas públicas

educacionais passam a serem para os alunos do 5º ano do ensino fundamental a partir das avaliações um processo de treinamento para responderem testes padronizados, e com isso elevar o índice educacional.

Tais ações repercutem de forma que os alunos em processo de formação acabam sendo prejudicados, uma vez que deveriam estar se apropriando dos conhecimentos históricos, científicos, artísticos e culturais dentre tantas outras formas de conhecimento que lhes são negados, pois, o foco em anos de avaliações externas passam a ser o treinamento para responder os testes. Suprimindo a função social da escola, uma vez que a escola tem como função social segundo Libâneo (2013) “[...] insubstituível de formar os indivíduos para uma vida digna e para a compreensão e transformação da realidade.” (Libâneo, 2013, p. 16 b).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, compreender o que são as finalidades educativas escolares, quais suas definições e como são importantes para as políticas públicas educacionais é de fundamental importância para compreensão da educação pública brasileira nos dias atuais. O artigo tem por finalidade explicar qual a finalidade educativa do ensino de história no 5º ano do ensino fundamental nos anos de avaliação externa, pois nesse período os alunos do 5º ano são treinados para a realização dessas avaliações, seja na resolução dos questionários, seja no preenchimento dos gabaritos. Devido a essas avaliações, muitas matérias tiveram suas cargas horárias suprimidas do cotidiano escolar, ou seja, foram negados o direito à aprendizagem de algumas disciplinas em decorrência da supervalorização de outras, para dar lugar às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Na primeira seção deste artigo tratou de explicar o que são as finalidades educativas, como elas são necessárias para o desenvolvimento da escola em consonância com as políticas públicas educacionais dos municípios, estados e da União. São essas finalidades educativas que irão servir como indicadores para que os municípios saibam dar mais ênfase no que a escola está proporcionando em relação aos processos educativos das instituições de ensino. Tratou-se também de explicar como a ideologia neoliberal prejudica a educação com o intuito de transformar a mesma em ambiente educacional mercadológico.

A segunda seção abordou sobre as finalidades educativas do ensino de história no 5º ano, através dos documentos e currículos com as diretrizes como o dever de ser empregado no ensino. As políticas públicas atuais estão diminuindo cada vez mais a carga horária do ensino de história, o que impede os alunos a serem sujeitos críticos, autônomos frente às decisões que serão tomadas para as melhorias da sociedade, os deixando vulneráveis às manipulações do sistema capitalista neoliberal.

Na terceira seção foi dialogado sobre o que é o neoliberalismo, quais são suas implicações e como essa ideologia neoliberal tem muita influência nas finalidades educativas escolares associadas às avaliações externas. Foi discutido quais são as avaliações que mais são cobradas dos alunos como SAEB e Prova Brasil. Essas avaliações deixam os alunos ansiosos e nervosos, devido a pressão que lhe são impostos para que consigam alcançar um determinado resultado, além de prejudicar o aprendizado e a criticidade do estudante. Elas atrapalham no aprendizado pois, como os estudantes são treinados a responder aos questionários e aos gabaritos desses testes padronizados, eles exigem que as professoras foquem somente em Língua Portuguesa e Matemática, deixando de lado o ensino de História em segundo plano.

Pode-se concluir então que o foco nas avaliações externas, ou seja, resolução de testes padronizados são muito prejudiciais, ainda mais se tratando da aprendizagem e criticidade dos alunos. O prejudicial de se focar somente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática se dá em que os alunos estudam somente o básico dessas matérias e acabam não obtendo aprendizado e a criticidade que eles necessitam para viver em sociedade. O ensino de história faz com que os alunos sejam sujeitos pensantes e críticos, capazes de dialogar sobre diversos assuntos que lhes forem interrogados. Com esses testes padronizados, acabam diminuindo a carga horária de outras disciplinas como a História, fazendo com que os alunos não obtenham o aprendizado e o conhecimento necessários para discussões em sala de aula e na sociedade. Por fim, a finalidade do ensino de história é fazer com que os alunos se tornem sujeitos críticos, que saibam se posicionar frente às adversidades que lhes forem impostas, e que as políticas públicas educacionais possam valorizar mais a disciplina de história, pois é ela que ensina os alunos a serem sujeitos históricos e civilizados na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Entrevista. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 nov. 2002, Caderno especial, p. 9-10.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/história>. Acesso em: 25 de ago. de 2023.

BITTENCOURT, C. F. *Reflexões sobre o ensino de História*. **Estudos Avançados**, 2018 v. 32, n. 93, p. 127–149. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYqvqrhmpwWpGVY47wWtp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 9 de set. de 2023.

CAMILLO, C. M.; MEDEIROS, L. M. Educação em Campo: **Teorias da Educação**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

COSTA, L. M. C. O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: entre teorias, práticas e metodologias. **ANINC-Anuário do Instituto de Natureza e Cultura**, v. 4, n. 1, p. 188-194, 2021.

DA PAZ, F. *Contribuições para o debate sobre a escola pública: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. In: OLIVEIRA, M. E. N. **Gestão Escolar e Políticas Públicas Educacionais**: um embate entre o prescrito e o real. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2013, pgs: 105-122.

FONSECA, S. G.; SILVA, M. A. *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, n° 60, p. 13-33, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BNrRjXq9PSpHSvJYRmf83hS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 de ago. de 2023.

FREITAS, L. C. de. *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 379–404, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/#>. Acesso em: 16 de out de 2023.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. & Soc., Campinas, SP, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Tradução: SOBRAL, A.; GONÇALVES, M. S. São Paulo: Edições Loyola, 5ª ed., 2014.

LENOIR, Y. Du libéralisme au néolibéralisme : quels impacts pour les finalités éducatives scolaires et pour les savoirs disciplinaires. In: LENOIR, Y. et al. (orgs.). **Les finalités éducatives scolaires**: Pour une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques. Saint-Lambert (Quebec, Canadá): Groupéditions Editeurs, 2016, pgs: 159-280.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Editora Loyola, 21ª ed., 2006.

LIBÂNEO, J. C. *Internacionalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas*. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa. Rosa; LIMONTA, Sandra Valéria (Org.). **Qualidade da escola pública**: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: Ceped Publicações; Kelps, 2013a.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora. 2013b.

LIBÂNEO, J. C. *Internacionalização das políticas educacionais*: elementos para uma análise pedagógica de orientações curriculares para o ensino fundamental e de propostas para a escola pública. In: SILVA, M. A.; CUNHA, C. (Org) **Educação básica**: políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M.S. (Org). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LIBÂNEO, J. C. *Políticas educacionais neoliberais e escola: uma qualidade de educação restrita e restritiva*. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia: Espaço Acadêmico, p. 44-87, 2018.

LIBÂNEO, J. C. *Finalidades Educativas Escolares em Disputa, Currículo e Didática*. In: CAVALCANTE, J. C. [et al.]. **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate. Goiânia: Gráfica UFG, 2019.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, p. 816-840, 2020.

LIBÂNEO, J. C. Finalidades educativas, organização e gestão da escola e a aprendizagem e desenvolvimento de professores e alunos. In: ECHALAR, A. D. L. F.; ROSA, S. V. L.; LIBÂNEO, J. C. **Finalidades educativas escolares e didática**: ressonâncias da pandemia. 1.ed. Goiânia, GO: IF Goiano, p. 82-117, 2023.

MARTINS, M. C. **A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?**. EDUSF, Editora da Universidade São Francisco, 2000.

MIRANDA, M. G. de. **Crise na educação: a retórica conservadora**. Brasília: Revista Retratos da Escola, v. 10, n° 19, jul/dez, p. 567-579, 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/700>. Acesso em: 16 de out de 2023.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. de; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Orgs). **Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, D. J. Educação e neoliberalismo: influências e reflexões para os dias atuais. In: OLIVEIRA, Daniel Junior de; FREITAS, Carla Conti de; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. (Orgs.). **Educação e formação de professores: cenários e práticas pedagógicas**. Goiânia: Editora Scotti, 2019.

OLIVEIRA, C. V. S.; LAGARES, R.; PINHO, M. J. Avaliação em larga escala como instrumento de accountability, regulação da educação no Brasil: os resultados e as responsabilizações. Revista Extensão - 2021 - v.5, n.3, pgs: 28-35.

OLIVEIRA, D. J.; FREITAS, R. A. M. M. *Finalidades educativas escolares: o que são e como são definidas*. In: CAVALVANTE, C. V. [et al.]. **Temas de educação VI: objetos de investigação em construção**. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2022, pgs: 99-114.

OLIVEIRA, D. J.; FREITAS, R. A. M. M. **Em busca de resistência e enfrentamento das políticas educacionais neoliberais**. Revelli: vol. 14, 2022, pgs: 1-17.

ROSA, S. V. L.; SILVA, S. P. **Finalidades educativas escolares e reformas curriculares: apontamentos sobre a questão do conhecimento escolar**. Goiânia: Revista Educativa, v. 24, pgs: 01-22, 2021.

SANTOMÉ, J. T. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Tradução: SCHILLING, C. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

SANTANA, A. C. M. A constituição do Estado Avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. In: ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M. (Orgs.). **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa**. São Carlos, EdUFSCar, 2018, pgs: 37-50.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 44ª ed., 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1ª ed., 2013.